
PROVA OBJETIVA

Processo de Escolha para Conselheiro Tutelar e Suplente no Município de Pires do Rio/GO – Quadriênio 2020/2023

LEIA COM ATENÇÃO!

1. Abra este caderno de prova somente quando for autorizado.
2. Esta é a Avaliação de Conhecimentos Específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990.
3. A duração da prova será de 04 (quatro) horas – das 08:00h às 12:00h.
4. Esta prova contém 15 (quinze) questões enumeradas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas para cada uma das questões, sendo cada questão no valor de 01 (um) ponto.
5. A avaliação é individual, sem consulta a qualquer material, livro, texto, etc. Os celulares devem ser desligados, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos, sob pena de **desclassificação em caso de tocar, vibrar ou despertar**.
6. Será **excluído do processo de escolha** o candidato que, por qualquer motivo faltar às provas ou, durante sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou pessoa estranha, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.
7. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, mediante prévia autorização, **sob pena de desclassificação em caso de descumprimento**.
8. As questões devem ser respondidas com caneta esferográfica azul ou preta na folha de resposta.
9. Não preencha duas opções para a mesma questão (múltipla escolha). Caso isso ocorra a questão será invalidada.
10. Não dobre, não amasse, nem rasure a Folha de Respostas.
11. Ao final da avaliação, devolva a Folha de Respostas devidamente preenchida, assinada e conferida. Será **automaticamente excluído** do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.
12. Os três últimos a ficarem na sala, deverão permanecer até que o último tenha terminado e entregue a prova.

QUESTÃO 1. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

- a) Considera-se criança, para os efeitos da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) Considera-se criança, para os efeitos da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente todas acima de doze anos de idade.
- c) Considera-se criança, para os efeitos da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) Considera-se criança, para os efeitos da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente todas acima de doze anos de idade.

QUESTÃO 2. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

- a) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, às pessoas entre dezoito e vinte e dois anos de idade.
- b) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- c) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, às pessoas entre dezoito e vinte quatro anos de idade.
- d) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, às pessoas entre dezoito e vinte e três anos de idade.

QUESTÃO 3. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

-
- a)** A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com prejuízo da proteção integral de que trata a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- b)** Os direitos enunciados na Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, não se aplicam a todas as crianças e adolescente.
- c)** Os direitos enunciados na Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, aplicam-se a todas as crianças e adolescente, salvo àquelas com condições econômicas privilegiadas.
- d)** A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

QUESTÃO 4. De acordo com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade enunciada no referido artigo de lei compreende, **exceto**:

- a)** Preterição na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- b)** Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- c)** Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- d)** Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

QUESTÃO 5. De acordo com o artigo 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de

correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. De acordo com a previsão expressa da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1.990, julgue as assertivas a seguir:

I – Castigo físico é a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

II – Castigo físico é a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada sem o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

III – Tratamento cruel ou degradante é a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

IV – Tratamento cruel ou degradante é a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) Somente I e IV.
- b) Somente II e III.
- c) Somente I e III.
- d) Somente II e IV.

QUESTÃO 6. No dia 06 de agosto de 2019, João, residente na cidade de Pires do Rio/GO, se utilizou de castigo físico contra o seu filho Joaquim, o qual estava com 15 anos de idade completo na época dos fatos. Após serem acionados, os Conselheiros Tutelares constataram que o castigo físico se deu como forma de disciplina e educação. Considerando apenas as informações narradas, poderão ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais, às medidas previstas no artigo 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, **exceto**:

-
- a) Advertência.
 - b) Multa.
 - c) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
 - d) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

QUESTÃO 7. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

- a) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- b) A condenação criminal do pai ou da mãe, em razão da prática de qualquer crime ou contravenção penal, implicará automaticamente a destituição do poder familiar.
- c) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas administrativamente pelo próprio Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, independentemente de ordem judicial.
- d) O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

QUESTÃO 8. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

- a) A adoção é medida excepcional, à qual se deve ocorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- b) Entende-se por família natural aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal.
- c) Entende-se por família extensa ou ampliada a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- d) Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, não devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.

QUESTÃO 9. Dentre as medidas de proteção previstas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **não** poderá ser determinada pelo próprio Conselho Tutelar:

- a) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- b) Inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- c) Colocação em família substituta.
- d) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

QUESTÃO 10. Dentre as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis previstas no artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **não** poderá ser determinada pelo próprio Conselho Tutelar:

- a) Advertência.
- b) Perda da guarda.
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- d) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

QUESTÃO 11. Como regra, o acolhimento institucional é atribuição da autoridade judiciária. No entanto, há situações excepcionais que autorizam o Conselho Tutelar a encaminhar a criança ou adolescente para entidade de atendimento de acolhimento institucional. Constituem situações excepcionais aptas a autorizarem a determinação do acolhimento institucional pelo próprio Conselho Tutelar, **exceto**:

- a) Em caso de maus-tratos ou opressão impostos pelos pais ou responsáveis.
- b) Em caso de acolhimento de urgência para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual.
- c) Em caso de não localização dos pais ou responsáveis após esgotadas as diligências cabíveis na rede de atendimento.

d) Em caso de incapacidade temporária dos genitores para exercício do poder familiar, não havendo família ampliada para assumir os cuidados da criança ou adolescente sob guarda, a qual só poderá ser concedida mediante processo judicial.

QUESTÃO 12. Acerca das atribuições do Conselho Tutelar previstas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue as assertivas a seguir:

I – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

II – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

III – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

IV – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, mesmo que ainda não esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

Está **correto** o que se afirma em:

- a)** Somente I e IV.
- b)** Somente II e III.
- c)** Somente I, II e III.
- d)** Todas.

QUESTÃO 13. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

a) Se o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

b) As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas por qualquer pessoa do povo, independente de decisão judicial.

-
- c)** O Conselho Tutelar é órgão jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d)** Verificada a prática de ato infracional, o Conselho Tutelar poderá aplicar ao adolescente a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.

QUESTÃO 14. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

- a)** São penalmente inimputáveis os menores de 21 (vinte e um) anos.
- b)** Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c)** Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, o Conselho Tutelar poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
- d)** Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

QUESTÃO 15. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **correta**:

- a)** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 2 (dois) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- b)** A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- c)** No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.
- d)** Não são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes.